



ECONOMIA POLÍTICA DAS MICROFINANÇAS RURAIS: A METODOLOGIA DO AGROAMIGO COMO TECNOLOGIA SOCIAL VOLTADA AO AGRICULTOR FAMILIAR NO NORDESTE

POLITICAL ECONOMY INADIMPLÊNCIA OF RURAL MICROFINANCE: THE AGROAMIGO METHODOLOGY AS A SOCIAL TECHNOLOGY AIMED AT FAMILY FARMERS IN THE NORTHEAST

ECONOMÍA POLÍTICA DE LAS MICROFINANZAS RURAL: LA METODOLOGÍA AGROAMIGO COMO TECNOLOGÍA SOCIAL DIRIGIDA A AGRICULTORES FAMILIARES DEL NORDESTE

AUTORES

José Eloizio Costa¹

Luis Manuel Costa Moreno²

Daniela Santos Feitoza³

RESUMO: O artigo em tela é uma tentativa de desenvolver uma abordagem na seara das Tecnologias Sociais tendo como base empírica à tecnologia financeira do Agroamigo, isso como estratégia na oferta de serviços financeiros destinado aos agricultores familiares mais pobres do Nordeste. A instituição financeira responsável, o Banco do Nordeste do Brasil, criou a metodologia justamente para superar a alta, com sucesso em seus resultados, mas que também trouxe internamente contradições como a monotonia na aplicação desse modelo de microfinança rural, bem como na questão da limitação dos recursos concedidos e da ausência de articulação de políticas públicas, para concretamente cumprir seus preceitos estratégicos. O interesse é justamente analisar até que ponto o verniz das Tecnologias Sociais tem importância na construção ou aperfeiçoamento da tecnologia do Agroamigo, em especial no seu papel de operar sob o lastro da valoração do menor custo operacional e principalmente em trazer benefícios socioeconômicos aos agricultores familiares mais pobres do Nordeste.

PALAVRAS-CHAVE: agroamigo, tecnologia financeira, agricultura familiar, microcrédito produtivo e orientado.

ABSTRACT: The article at hand is an attempt to develop an approach in the field of Social Technologies with Agroamigo's financial technology as an empirical basis, as a strategy for offering financial services to the poorest family farmers in the Northeast. The responsible financial institution, Banco do Nordeste do Brasil, created the methodology precisely to overcome high default rates, with success in its results, but which also brought internal contradictions such as monotony in the application of this rural microfinance model, as well as in the issue of limitation of resources granted and the lack of articulation of public policies, to concretely fulfill its strategic precepts. The interest is precisely to analyze the extent to which

Licença CC BY:

Artigo distribuído sob os termos Creative Commons, permite uso e distribuição irrestrita em qualquer meio desde que o autor credite a fonte original.



1 Professor Titular da Universidade Federal de Sergipe, vinculado ao Departamento e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia. eloziocosta@academico.ufs.br

2 Professor Auxiliar da Universidade de Lisboa e vinculado ao Centro de Estudos Geográficos/ Instituto de Geografia e Ordenamento do Território. luis.moreno@edu.ulisboa.pt

3 Mestra em Análise Territorial pela Universidade de Sergipe e doutoranda na mesma área na Universidade Federal de Santa Maria. danielafeitoza22@gmail.com



the veneer of Social Technologies is important in the construction or improvement of Agroamigo's technology, especially in its role of operating under the basis of valuing the lowest operational cost and mainly in bringing socioeconomic benefits to the largest family farmers. poor people in the Northeast.

KEY WORDS: agroamigo, financial technology, family farming, productive and oriented microcredit.

RESUMEN: El artículo en pantalla es un intento de desarrollar un abordaje en el área de Tecnologías Sociales teniendo como base empírica la tecnología financiera de Agroamigo, esto como estrategia en la oferta de servicios financieros destinados a los agricultores familiares más pobres del Nordeste. La institución financiera responsable, Banco do Nordeste do Brasil, creó la metodología precisamente para superar los altos incumplimientos, con resultados exitosos, pero que también trajo contradicciones internas como la monotonía en la aplicación de este modelo de microfinanzas rural, así como la cuestión de la limitación. de recursos otorgados y la ausencia de articulación de políticas públicas, para cumplir concretamente con sus preceptos estratégicos. El interés está precisamente en analizar en qué medida la superficie de Tecnologías Sociales es importante en la construcción o mejoramiento de la tecnología de Agroamigo, especialmente en su rol de operar bajo el lastre de valorar el menor costo operacional y principalmente en llevar beneficios socioeconómicos a los más pobres. agricultores familiares vulnerables y pobres en el noreste.

PALABRAS CLAVE: agroamigo, tecnología financiera, agricultura familiar, microcrédito productivo y orientado.

INTRODUÇÃO

Um debate que consideramos consolidado no campo das chamadas políticas públicas de feição de política de crédito tem no Brasil um dos maiores exemplos mais recentes de sucesso e maior capilaridade social, particularmente na região Nordeste. A criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) na segunda metade dos anos 90 do século passado tornou-se um marco histórico de superação do SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural), que por sinal contribuiu na formação de uma agricultura ultramoderna e ao mesmo tempo na marginalização histórica de milhões de pequenos agricultores que nunca tiveram acesso ao crédito rural. E que fortaleceria a concepção de que tínhamos no Brasil uma agricultura moderna setorial e territorialmente concentrada no Centro-sul.

Assim, nas entranhas do financiamento rural a partir desse período voltado ao agricultor familiar, observamos contradições e limites, face a complexidade e heterogeneidade do mundo rural vinculado a este segmento social, por sinal de grande expressão numérica, em especial no Nordeste, em que os estabelecimentos agropecuários classificados como de agricultura familiar representam mais da metade dos estabelecimentos dessa categoria existente em todo o Brasil, como demonstrado pelo Censo Agropecuário de 2017.

O que agregamos da necessidade de superação dessas contradições face a questão da inadimplência dos pequenos tomadores de crédito do Pronaf B, modalidade aplicado aos agricultores familiares. E nesta toada destacamos uma metodologia do microcrédito rural que estamos considerando justamente na linha da superação da ausência de pagamento das obrigações, em que abrimos uma abordagem se a metodologia em tela pode ser *considerada*

como tecnologia social ou não. Ou simplesmente como inovação na linha de SHUMPETER (1961, 1997) em relação a chamada *destruição criativa*. Trata-se da *metodologia do agroamigo* aplicada na seara do Pronaf B destinada aos agricultores familiares mais pobres e que tenha como lastro central o combate à pobreza rural, aplicando-se critérios particulares que podem definir como tecnologia social ou não.

O artigo em tela não tem o objetivo de analisar os efeitos sociais e econômicos da aplicação da metodologia em tela, até porque já existem publicações analisadas e consolidadas pelo autor que ora subscreve (COSTA e SILVA, 2023). Ou até mesmo seus limites operacionais, e possível universalização do programa destinado aos mais pobres entre os pobres do meio rural do Nordeste, ou ainda das novas modalidades apresentadas como o *agroamigo net, sol e água*, além dos mais conhecidos como o *agroamigo crescer e mais*.

Este trabalho está dividido em três partes, excluindo a presente introdução. Na parte da base teórica agregamos a importância da economia política enquanto processo analítico de abordar fenômenos econômicos que transcendam a abordagem da teoria do equilíbrio econômico, embasadas enquanto processo de desenvolvimento econômico, e também da importância das tecnologias sociais como ferramentas de desenvolvimento no segmento de gestão e de processo. Ainda nesta parte abordamos em linhas gerais os critérios institucionais para definir os reais beneficiários na aplicação do *agroamigo*.

Na parte das discussões levamos em consideração que a categoria tecnologia social realmente possa contribuir no entendimento da natureza da metodologia do *agroamigo* na medida em que consideramos uma ferramenta interessante no que alguns denominam de “tecnologia financeira” (ABRAMOVAY, 2008). Daí o dilema quando consideramos se essas tecnologias auferem processos que tenham como base a redução de custos na aquisição de produtos financeiros.

Na parte das considerações finais colocamos nossas impressões de valoração da importância das tecnologias sociais como substrato que possa solidificar ferramentas na área de serviços, extraído da experiência em operações de crédito simplificado como modelo de tecnologia social.

ALGUNS FUNDAMENTOS DA ABORDAGEM NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA POLÍTICA

Uma das categorias que precisam ser aprofundadas em áreas afins como a Geografia, Sociologia ou até pela Antropologia é o alcance conceitual da “economia política”, e as abordagens são as mais complexas possíveis, além de sua caráter polissêmico. Neste aspecto, podemos agregar os economistas clássicos como Adam Smith e David Ricardo que abordam a questão da formação da riqueza e da teoria do valor dentro de uma perspectiva que não seria apenas pelo processo de produção, mas da importância dos processos de distribuição e consumo



como riqueza gerada pelas relações de produção e na formação da riqueza capitalista.

Em nossos fundamentos, a economia política enquanto área do conhecimento para as áreas afins, valoramos categorias como valor trabalho, processos históricos como fenômenos contraditórios de uma sociedade dividida em classes e a teoria do valor gerada a partir do processo do trabalho, como abordado por MARX (2020) em seu primeiro volume, em especial no capítulo 1 sobre a questão da formação da mercadoria, em que gera mais valor no processo de produção, especificamente na formação do trabalho morto e trabalho vivo em que se efetua no final o processo de acumulação.

É neste diapasão que agregamos que a economia política também insere outros elementos de grande importância, como a questão do que Marx denominou de “forças produtivas” e no nosso caso de “tecnologia e inovação”, isso como substrato para ganhos em produtividade. Daí a relevante contribuição do economista austríaco Joseph Shumpeter no que se refere as suas abordagens sobre a economia política no segmento da chamada “economia da inovação”, para daí tentar entender seu alcance às microfinanças rurais e se temos realmente um exemplo de uma típica tecnologia social.

A base teórica de Shumpeter é uma resposta a concepção da teoria do equilíbrio econômico geral abordada pelo economista liberal Walras, em que se caracteriza pelas novas combinações produtivas para gerar inovações e que essas mudanças possam ser realizadas de forma adaptativa, e respeitando oscilações ocasionais, sazonais ou contínuas¹. O que deságua no real desenvolvimento em que se processa como fenômeno distinto, e estranho ao equilíbrio geral da economia marginalista. Ou seja, como ruptura ao mundo estático da economia. O autor da *Teoria do Desenvolvimento Econômico* observa que esse processo opera por mudanças na vida econômica, geralmente são impostos de fora, mas que emergem de dentro e que essas mudanças ocorrem no seio do processo de produção.

Ou seja, o desenvolvimento é definido, na ótica de Shumpeter, na realização das inovações como motor do processo de mudança através de iniciativas de agentes econômicos, e que se caracteriza por constantes mudanças realizadas em função das combinações das funções produtivas. O que demonstra a importância da constituição de um Estado organizado.

O que podemos auferir que as inovações é uma constante no capitalismo contemporâneo, realizado por ciclos, podendo ser realizado por instituições do Estado ou até pelas corporações como os laboratórios P&D e claro, e seus efeitos são amplos e muitas vezes complexos sem efeito multiplicador face ao caráter concentrador do sistema de produção capitalista.

Agrega-se a necessidade de enquadrar-se como as microfinanças rurais possam inserir no processo de desenvolvimento shumpeteriano face às inovações permanentes e que no nosso entendimento pode ser processado como práticas no que HARVEY (2020) denomina de antivalor, quando a mercadoria não é constituída em seu processo de produção por não existir

4 <https://www.comciencia.br/dossies-1-72/resenhas/2004/08/resenha1.htm>. Acesso no dia 25 de agosto de 2023.



relação de exploração do trabalho, portanto, pela inexistência de trabalho morto. Entretanto, estamos colocando como fenômeno o financiamento de pequenos valores destinados aos mais pobres em que são incorporados critérios especiais de realização dos acordos de vontade, como a simplificação contratual, a não exigência de ativos como garantia e até na aplicação de taxas juros muitas vezes negativas, em especial.

E neste diapasão que destacamos a metodologia das microfinanças rurais no Nordeste, criada em 2005 pelo Banco do Nordeste do Brasil – o agroamigo – como modelo de dar maior capilaridade ao processo de constituição dos contratos de pequeno valor em que os custos operacionais não são incorporados nos valores concedidos, face a existência de uma organização não-governamental responsável por todo processo de contratação em que os “agentes do microcrédito” monitoram e avaliam os empréstimos realizados. O agroamigo tornou-se uma das maiores ferramentas institucionais em seara de arranjos para oferecer serviços aos que nunca tiveram acesso sequer a agências financeiras ou constituíram em toda sua vida uma conta corrente. Podemos considerar como uma tecnologia financeira com particularidades interessantes e que, de certa forma, democratiza o acesso não apenas a estes serviços, mas a outros como cartão de crédito, emissão e posse de cheques, seguro, etc. com milhões de operações já realizadas nesses quase vinte anos de operacionalização.

Essa metodologia contribuiu em dar um passo importante institucionalmente no espaço rural nordestino, haja vista apresentar características distintas em relação às outras modalidades do Pronaf, agregando amplitude social e na busca da melhoria das condições de vida e de trabalho dos agricultores familiares mais pobres, e com ele de gerir suas unidades produtivas mais eficientes em termos de governança e terem resultados produtivos, com rebatimentos socioeconômicos nas comunidades locais rurais, ampliando até mesmo o mercado de consumo desses atores sociais historicamente marginalizados.

Esse modelo é analisado por ABRAMOVAY (2008) como finança de proximidade, justamente quando analisa a experiência bem sucedida na aplicação da metodologia do agroamigo e sua efetividade no combate à inadimplência, formando uma espécie de arranjo institucional entre instituição financeira, tomador do crédito e o intermediário que acompanha a aplicação do crédito, realizando o monitoramento e avaliação dos resultados.

Nesse entendimento, os resultados, segundo o autor, foram positivos. Por outro lado, o mesmo afirma que são quatro as razões que levam a inadimplência porque o tomador do crédito não cumpre suas obrigações. A primeira são as taxas de juros e prazos draconianos dos empréstimos; a segunda, são as catástrofes naturais como a seca, enchente, morte ou doença de animais ou até mesmo de familiares; a terceira relaciona-se com a pobreza da família associada à falta de orientação técnica e dificuldade de acesso aos mercados; já a quarta, pela existência de uma cultura disseminada nas comunidades rurais de não efetuar pagamento das obrigações. Observar que as parcelas que não foram cumpridas do Pronaf B em seus anos iniciais,



de responsabilidade dos tomadores crédito, os mesmos tornaram-se inadimplentes devido à orientação das organizações locais e comunitárias forjarem no desenvolvimento da “cultura do não pagamento”, e o que influenciaria negativamente nessas tecnologias de empréstimo em seu nascedouro institucional (ABRAMOVAY, 2008, apud Relatório de Pesquisa – CNPq/PPGEO/Gepru/UFS).

Ampliando essa questão, BASTOS e AQUINO (2015) em artigo analisa os dez anos de experiência da aplicação da metodologia do agroamigo, mostrando alguns elementos novos e interessantes do ponto de vista de seus efeitos sociais e econômicos. E um deles agrega-se ao acúmulo da experiência dos processos sociais rurais no segmento do fomento para os agricultores familiares mais pobres. Assim, *o microcrédito produtivo e orientado do agroamigo, associado como política pública e não como política de crédito, tem ganhado destaque por sinal em diversos outros países.*

Agregando-se também como seu maior efeito, a questão da monotonia no processo de produção, concentrando-se no segmento da pecuária leiteira e da estratégia da constituição de um ativo (como os bezerras, por exemplo) para o pagamento dessas obrigações, assim não cumprindo uma das características da agricultura familiar que seria a diversificação produtiva. Mais grave são as demais questões, como a ausência efetiva de investimentos em infraestrutura nas unidades familiares e que o microcrédito rural em tela, somente ele, pode não contribuir na diminuição da pobreza rural no Nordeste; sendo necessária a realização de outros processos de natureza institucional, como BASTOS e AQUINO (2015) destacam a experiência do agroamigo em que trouxe concretamente três lições, nisso colocamos subscrito da terceira, de forma extensiva, para enquadrar a importância do Pronaf B da metodologia da tecnologia financeira em tela:

Já a terceira e talvez mais importante lição extraída da experiência problemática do Pronaf B foi à conclusão de que o microcrédito, aplicado de forma isolada, é um instrumento limitado que apresenta poucas chances de aliviar a situação de pobreza extrema que atinge os agricultores ‘periféricos’ nordestinos. Para que esse tipo de política gere efeitos socioeconômicos efetivos, é preciso que o crédito esteja articulado a um conjunto amplo de políticas governamentais estruturantes nas áreas de redistribuição fundiária, educação rural, assistência técnica, apoio à comercialização (PAA, PNAE, etc.), melhoria da infraestrutura rural e difusão de tecnologias de convivência com o semiárido. BASTOS e AQUINO, 2015, pp. 142.

Mesmo com estas questões contraditórias, acreditamos que a metodologia do agroamigo consolidou-se face aos efeitos socioeconômicos positivos entre os agricultores familiares mais pobres, ainda assim sob o risco da principal instituição financeira responsável operar para constituir “novos clientes dos serviços financeiros oferecidos”; o agroamigo pode ser considerado como bom produto financeiro, inclusive passando ao largo de algumas correntes das ciências sociais que rotulam como mais uma “política pública compensatória”, portanto de alívio

da pobreza e não da sua superação. Desse lado, a assertiva acadêmica em supra efetivamente não se coaduna com a realidade entre os agricultores familiares. Um exemplo são os milhares desses agricultores que fizeram mais de quatro operações de crédito e não deram continuidade porque existe um limite no número de operações com o uso da referida metodologia. No nosso entendimento, uma boa estratégia da instituição em tela para justamente oferecer outros serviços e o cliente do agroamigo, finalmente integrarem à carteira dos tomadores de crédito que transcenda dos empréstimos de pequena monta.

Dentro dessa questão, de natureza complexa e territorialmente ampla, é que devemos inserir da possibilidade de aplicação da tecnologia financeira do agroamigo como um exemplo a ser abordado também na seara da Tecnologia Social (TS)? E quais as características da tecnologia social e qual a importância enquanto inserção para ganhos de produtividade, tanto no processo de produção ou até mesmo na oferta de serviços, a exemplo do agroamigo?

Esse debate não é novo e a questão da TS opera na dimensão mais social que econômica. Nesse aspecto, destacamos, talvez o autor mais consagrado da TS no Brasil – Renato Dagnino – considerado o “papa brasileiro” nos estudos e experiências nas áreas da Economia Solidária, da importância da dimensão Sociotécnica, mas que tem a questão das TS como seu maior triunfo epistemológico

Nestes termos, a TS é uma estratégia de apropriação de conhecimento preexistente de procedimentos muitas vezes de baixa densidade tecnológica, mas valorando elementos muitas vezes de natureza não econômica, mas que tenha caráter produtivo em seus processos. É que podemos detalhar em linhas gerais quais os fundamentos da TS, a partir do posicionamento teórico-prático de DAGNINO (2014).

A primeira questão relaciona-se na estratégia de desenvolver *tecnologias sociais que tem forte vínculo na linha da inclusão social*, estruturalmente voltadas ao efeito distributivo de renda e riqueza, de substituição, em casos especiais, transcendendo às chamadas tecnologias convencionais e que estão intrinsecamente relacionadas com a economia capitalista. Um segundo aspecto é que *essas tecnologias têm como base a participação dos protagonistas no processo de conhecimento*.

Em outros termos, a TS é um processo em que o conhecimento deve ser gerado além da tecnologia e inovação e que valore o conhecimento em que tenham elementos tradicionais, não apenas na perspectiva do processo de produção, mas também nas práticas e ações muitas vezes de forte base cultural. São atores sociais interessados na produção de tecnologias e que efetivamente podem apropriar-se de conhecimentos sistemáticos da própria universidades ou centros de pesquisa. Ou seja, os conhecimentos adquiridos ao longo do tempo, muitas vezes sem qualquer lastro científico, são valorados no processo de construção da TS, sempre na esteira da inclusão social.

Outro aspecto relevante é a *possibilidade de gerar tecnologia de baixo custo e que tenha*



viabilidade social e econômica, como sempre, destinada aos socialmente excluídos. O que não pode ser descartado o interesse nos ganhos de produtividade. É evidente que a TS tem suas limitações operacionais face a ausência de interesse em desenvolver ferramentas que gerem excedentes ou capacidade de geração de lucro. Mas a racionalidade aufere um caráter multidisciplinar na abordagem da TS na medida em que a economia não é protagonista, e tudo que vier na linha da inclusão social ou inclusão produtiva com roupagem de política pública, pode ter a TS em suas internalizações operacionais. Mais importante, a TS tem um base de continuidade em seus processos, face a complexidade do real e o caráter preferencial ao conhecimento do cotidiano ou do senso comum.

Em linhas gerais a definição de TS pode ser observada compreendendo "*produtos, técnicas e/ou metodologias replicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social*". www.rts.org.br. Nesta definição podemos observar vários elementos, dando-lhe diversidade do ponto de vista aplicativo, além da articulação com a comunidade e que busca mudanças radicais na estrutura da sociedade. Daí a importância de aprofundar as experiências com o uso da TS como forma de ampliação do processo de produção e principalmente na geração de trabalho e renda, claro, destinado aos mais pobres.

E entramos no que interessa ao presente artigo. Podemos considerar que a metodologia da tecnologia financeira do agroamigo do Banco do Nordeste do Brasil pode ser enquadrada também como tecnologia social, atendendo aos princípios e características desses procedimentos e principalmente de suas ações. É o que discutiremos em seguida, observando a importância da abordagem da economia política shumpeteriana.

APROXIMANDO A METODOLOGIA DO AGROAMIGO COMO FERRAMENTA DAS TECNOLOGIAS SOCIAIS

Como poderíamos enquadrar toda essa discussão se realmente temos possibilidades de entender o microcrédito rural com uso da metodologia do agroamigo em tela como um processo mais complexo dentro da abordagem da economia política na medida em que categorias de análise como Estado, Desenvolvimento e principalmente no alcance das microfinanças destinadas aos atores sociais que efetivamente nunca tiveram acesso ao crédito, sendo de grande relevância enquanto processo social. Somada a aplicação das ações vinculadas a TS como substrato para dar suporte ao processo de funcionamento da metodologia financeira em tela.

Essa articulação tem expressiva importância na medida em que a questão do desenvolvimento, na concepção shumpeteriana, tem como base a formação e realização de uma espécie de "economia da inovação", como estratégia de alavancagem como contraponto a consagrada teoria do equilíbrio geral vinculada a escola marginalista, sendo esta operada por

modelos matemáticos e de grande impacto da Escola Lausanne de Economia na Europa, e que se filiaria economistas de renome como o austríaco Carl Menger e o britânico William Jevons. Ainda assim, Shumpeter considerou Walras, mesmo discordando de sua metodologia e de ter afirmado que a teoria walrasiana aborda por uma economia estacionária, destarte, o economista inseriu no rol da história do pensamento econômico como o “maior de todos os economistas” (https://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%A9on_Walras, acesso em 01/09/2023).

Nestes termos, a presença do Estado no processo de desenvolvimento é estratégica e as inovações inserem para gerar efeitos multiplicadores, como a necessidade de realizar mudanças sociais, com a geração de emprego e renda, alterando a formato do Estado, fundamental ao processo de desenvolvimento, criando assim rupturas ao modelo estacionário.

Assim, as diversas combinações produtivas auferem nas mudanças qualitativas face a inexorável produção de tecnologia. O Estado tem esse papel econômico, e como protagonista de executar políticas públicas que possa oferecer serviços a determinados estratos sociais mais vulneráveis da sociedade capitalista. Daí o caráter do antivalor dessas ações e que envolve efeito distributivo. Nos parece que a contribuição de Shumpeter, por sinal devemos considerar que estava bem distante da economia marxista, ou até mesmo do keynesianismo. Mas sua base teórica, mesmo dentro da abordagem do desenvolvimento, não havia detalhamento em relação a figura do Estado interventor conforme Keynes defendia, nem tão pouco a teoria do valor de base marxista. Sua maior influência inexoravelmente seria do economista neoclássico Walras, mas a questão do desenvolvimento abriria uma nova agenda de estudos econômicos, além dos estudos dos ciclos da economia capitalista.

Destarte, o que nos interessa é justamente observar *o alcance do desenvolvimento na quadra das inovações como ferramentas em que se articulam tecnologias sociais como insumo analítico para a efetividade da metodologia do agroamigo*. Daí o nosso dilema se realmente na TS podemos auferir alguns fundamentos para compreender e principalmente dos seus resultados em relação a tecnologia financeira em tela. É o que tentaremos analisar em seguida.

1 - Uma primeira questão é que tanto a *TS quanto o agroamigo são tecnologias* e, portanto, estão incorporados por mecanismos de ajustes na busca da eficiência executiva e que tenha como foco o longo alcance apresentado a determinados atores sociais, em especial os socialmente vulneráveis e que sempre estiveram historicamente marginalizados sendo submetidos ao longo curso de privações materiais e até mesmo imateriais, como os valores educacionais.

Entretanto, a TS opera de forma até multidimensional, ou seja, em diversos segmentos desde abrangendo aquelas atividades ligadas ao processo de produção, até a oferta de serviços ou na geração de conhecimento, envolvendo também governança, monitoramento e avaliação de ações institucionais. O agroamigo é mais simples sua operação, mas a complexidade é a capilaridade social, na medida em que é estabelecido por arranjos e que tem como mecanismo



o desempenho dos “agentes do microcrédito” em que individualmente devem cumprir metas a partir de uma carteira de tomadores de crédito, geralmente territorializados e que acompanham na aplicação do recurso concedido.

2 – Em seguida observamos que a TS tem como princípio valorar o conhecimento adquirido empiricamente pelo senso comum, servindo como ponto de partida para a construção da tecnologia, e ao mesmo tempo utilizando mecanismos da tecnologia convencional para dar maior racionalidade ao processo. O agroamigo não contempla esse mecanismo na medida em que a prevalência é justamente atender a uma “clientela” com características socioeconômicas específicas que enquadrem como possíveis tomadores de crédito do Pronaf B com admissibilidade na aplicação da metodologia.

Porém, a finalidade das duas tecnologias é a mesma, quando temos como possíveis beneficiários atores sociais pobres e destituídos de autonomia financeira, podendo ser residentes em ambientes urbanos ou rurais. Claro, no caso dos beneficiários do agroamigo, seus territórios devem ser rurais, e que sejam exclusivamente agricultores familiares de baixa renda. O que significa que grupos sociais rurais como posseiros, arrendatários ou assentados da reforma agrária e beneficiários da cédula da terra; não podem ser contemplados pela modalidade do Pronaf B do agroamigo. O que efetivamente essas exigências não se aplicam aos beneficiários da TS.

Para fundamentar, é pertinente observar que a TS e sua aplicação é estratégica para o desenvolvimento social, se não das “outras formas de desenvolvimento” como o econômico e territorial, na medida em que o interesse pragmático é apresentar mudanças qualitativas nas condições de vida da população mais pobre sob o verniz da inclusão social.

O desenvolvimento dentro da perspectiva da superação das “privações da liberdade”, conforme SEN (2010), até porque são duas visões do trabalho do referido economista paquistanês e isso tem a ver com a efetividade de políticas públicas e isso inclui a TS e a metodologia do agroamigo do BNB. A primeira relaciona-se da importância dos *processos*, por permitir legitimar ações e principalmente da tomada das decisões e naturalmente racionalizando para gerar resultados. E segundo, pela questão das *oportunidades*, talvez uma das maiores carências estruturais dos atores sociais mais pobres, daí da *tese da articulação das políticas públicas como estratégia de desenvolvimento*. E as oportunidades fundam como oferta de ações que possam apresentar resultados concretos, a exemplo da materialidade das capacidades e que galgam atores sociais historicamente marginalizados. Ou seja, as capacidades destinadas aos mais pobres se realizam com a efetividade das políticas públicas.

No mesmo sentido relaciona-se com os dois papéis da liberdade, a partir da importância da realização da *avaliação* e que são relevantes para definir a partir de diagnósticos, mas principalmente da necessidade das liberdades substanciais e que são essenciais e que tenham caráter normativo (SEN, 2010), evitando o formato informacional que muitas vezes distorce o

processo avaliativo. Soma-se também a questão da *eficácia* que pode ser apresentado como resultado na forma individual e que se desdobrará no formato coletivo, com repercussão social como a busca pela maior igualdade real e do fortalecimento do espírito cooperativo.

O que demonstra que as duas tecnologias guerreadas mostram à pré-disposição à realização de processos de avaliação de políticas públicas e que mostrem concretamente eficácia em seus resultados. Mas para isso o exercício dos papéis sociais são seminais, por entender que as duas tecnologias, quando implementadas, enquanto processo social, trazem elementos cruciais dentro da perspectiva dos resultados da TS face ao atendimento aos princípios de natureza social enquanto estratégia de desenvolvimento para a inclusão social. Neste mesmo diapasão relaciona-se também que todo esse processo – das duas tecnologias – tornam-se uma verdadeira oportunidade de desenvolvimento.

3 – Finalmente agregamos que a TS tem admissibilidade operacional em casos de tecnologia financeira de menor custo destinado aos agricultores familiares mais pobres. O que podemos deduzir que o agroamigo, enquanto metodologia exclusivamente financeira, de *forma relativa*, pode ser considerada como tecnologia social. Mas com a singularidade interessante, *não é necessariamente uma tecnologia social, in totum, mas uma tecnologia social de inclusão financeira*. E que no fundo opera dentro dos parâmetros da busca da justiça social pelo uso de ferramentas com bases na institucionalidade, enquadrando como de inclusão social e portanto, como efetiva política pública.

Pelos termos, podemos agregar que a TS tem seu lado articulado ao complexo mundo das microfinanças, e para o nosso caso, para a heterogênea realidade do mundo rural mais pobre, em especial no Nordeste do semi-árido, mesmo que no nosso artigo não tenhamos como recorte territorial essa região caracterizada pela escassez de chuvas e de maior concentração de pobreza rural no Brasil.

Agregamos como economia política das microfinanças rurais por entender que elementos e fatores relacionados ao desenvolvimento podem ser substancializados por políticas públicas, e mudanças qualitativas também podem ser operacionalizadas por institucionalidades a exemplo da metodologia do Pronaf B aplicada aos agricultores familiares mais pobres do Nordeste. O que agrega da importância em analisar esses processos como estratégia de desenvolvimento, evitando aplicação monótona de métodos e de modelos matemáticos para configurar o real funcionamento da economia capitalista.

Daí a inserção dos fundamentos de Shumpeter em sua abordagem sobre desenvolvimento econômico a partir da criação e aperfeiçoamento das inovações e certamente podemos associar a tecnologia financeira do agroamigo e o espectro da TS na geração de produtos de baixo custo no segmento da produção, nas áreas de serviços e das novas técnicas de comercialização. Relevante é a permanência do espírito empreendedor de mudanças, em especial das mudanças qualitativas, resultado do que o autor denominou de “combinações produtivas”.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O breve artigo em tela é apenas uma pequena contribuição para o debate em torno do alcance da TS como ferramenta de desenvolvimento de tecnologias financeiras, portanto, como serviço a ser oferecido a uma determinada categoria social conhecida do mundo rural brasileiro, particularmente na região Nordeste: os agricultores familiares. E de forma específica, os mais pobres entre os pobres no espaço rural nordestino. A tentativa de inserir as práticas da TS, no segmento do mundo financeiro voltado para os estratos da população mais pobre é um importante passo no aperfeiçoamento das inovações tendo como referência a diminuição dos custos no processo de produção e ao mesmo tempo na geração de produtos, e que tenha como estratégia trazer benefícios sociais; moldando institucionalmente como política pública e se possível, universalizando tais ações na superação das privações materiais e imateriais e no combate à pobreza rural.

O que podemos, mesmo de forma induzida, afirmar que o agroamigo pode ser enquadrado como Tecnologia Social face ao modelo enquanto tecnologia financeira de grande eficiência não apenas na realização das operações de crédito, mas de seus resultados socioeconômicos positivos para a população rural mais pobre, enquanto estratégia de real desenvolvimento social.

REFERÊNCIA

ABRAMOVAY, Ricardo. **Alcance e Limites das Finanças de Proximidade no Combate à Inadimplência: o caso do agroamigo**. São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE). Texto de Discussão. 2008.

BASTOS, F & AQUINO, J.R. Dez Anos do Programa Agroamigo na Região Nordeste: evolução, resultados e limites para o fortalecimento da agricultura familiar.. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza/CE, v.46, suplemento especial, p.139-160, jun., 2015.

COSTA, José Eloízio da & SILVA, Adriana L. A questão do microcrédito produtivo e orientado no Nordeste: experiências na aplicação da metodologia do agroamigo, in **Economia e Administração: ligação para o desenvolvimento, vol. II**. Piracanjuba/GO: editora Conhecimento Livre, 2023.

DAGNINO, Renato. **Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas**. Campina Grande/PB: editora EDUEP, Florianópolis/SC, editora Insular, 2014.

COSTA, José Eloízio da Costa et alli. **Relatório de Pesquisa**. Impactos do Programa do Microcrédito Produtivo e Orientado no Nordeste: os casos do Agroamigo do Banco do Nordeste. Chamada CNPq/Ministério da Cidadania nº30/2019 - Estudos e Pesquisa em Avaliação de Políticas Sociais. São Cristóvão/SE: Universidade Federal de Sergipe. Programa de Pós-graduação em Geografia. Grupo de Pesquisa sobre Transformações no Mundo Rural. 2021.



DELGADO, Guilherme. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. Campinas: editora da UNICAMP, Ícone. 1985.

HARVEY, David. **A loucura da razão econômica**. São Paulo: editora Boitempo, 2020.

MARX, Karl. **O Capital, Vol 1**. São Paulo: editora Boitempo, 2020.

MORICOCI, Luis & GONÇALVES, José Sidnei. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma revisão**. <https://pt.scribd.com/doc/255356625/MORICOCI-Teoria-Do-Desenvolvimento-Economico-de-Schumpeter-Uma-Revisao-Critica>. Acesso em 01/09/2023.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: editora Companhia das Bolso, 2010.

SHUMPETER, Joseph Alois. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: editora Fundo de Cultura, 1961.

SHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: editora Nova Cultural, 1997.

<https://www.comciencia.br/dossies-1-72/resenhas/2004/08/resenha1.htm>. Acesso no dia 25 de agosto de 2023.